



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1007185-67.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Sustação de Protesto**
 Requerente: **Forte Soluções Industriais Ltda**
 Requerido: **Elizabeth de Bontempi Garbullo**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Trata-se ação declaratória de inexistência de pendência financeira c.c. ressarcimento por dano moral e pedido de tutela antecipada que **FORTE SOLUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA** interpôs em face de **ELIZABETH DE FÁTIMA BONTEMPI**. A autora alega que foi surpreendida com o recebimento do comunicado de protesto de dois títulos, nos valores de R\$10.000,00 e R\$20.000,00, não tendo os títulos sido emitidos à ré. Aduz que os cheques foram emitidos à Gustavo Scalon Borges e dados em garantia à compra de uma Van de propriedade de Jesus Luiz Costa-ME, sendo Gustavo, sócio-administrador dessa firma. Informa que a Van foi devidamente paga em dinheiro, permanecendo os cheques nas mãos de Gustavo, que se comprometeu a devolve-los, algo que não ocorreu. Alega que jamais teve qualquer relação comercial com a requerida. Pede, liminarmente, a baixa do protesto com a exclusão ou não inserção de seu nome nos cadastros de proteção ao crédito. Requer a exibição do imposto de renda da parte a fim de apurar a origem do crédito para com Gustavo, bem como a procedência da ação com a condenação da ré ao pagamento de indenização a título de danos morais.

Tutela provisória indeferida (fl. 31).

Com a inicial vieram os documentos de fls. 16/30.

A ré foi devidamente citada à fl. 32, apresentando contestação às fls. 44/53; alegou que Gustavo Scalon Borges e eram sócios na firma autora e entregaram os títulos à sua pessoa para o pagamento de dívidas. Disse que, portanto, é terceira de boa-fé e que há conluio entre a firma autora e Gustavo, para lesa-la.

A requerente se manifestou sobre a contestação às fls. 69/71.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

É o relatório.

Fundamento e decidido.

Não havendo necessidade de produção probatória, pertinente o julgamento antecipado da lide, na forma do art. 355, inciso I, do NCPC. Friso que a prova necessária é estritamente documental, sendo que o feito conta com um conjunto probatório suficiente para o desfecho da lide. Nesse sentido:

"presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder." (STJ, Resp. 2.832-RJ, relator Ministro Sálvio de Figueiredo, julgado em 04/12/91).

A autora alega que não realizou negócio jurídico com a ré, desconhecendo razão para que os títulos por si emitidos encontrem-se em seu poder. Alega, ainda, que os cheques não foram endossados em favor da requerida, porém foram acostados aos autos, pela própria autora, cópias dos cheques, com o devido endosso (fls. 38/40). Não há que se falar em nulidade desse ato cambiário visto que nenhuma explicação veio aos autos para a requerida estar na posse dos títulos, situação que vai ao encontro da existência de dívida; afinal, ninguém transmite cheques a terceiro sem ter, com ele, alguma relação.

Assim, imperioso o reconhecimento do vínculo jurídico entre as partes. Há comprovação do endosso à ré, com a apresentação dos cheques assinados pela autora sendo que, ainda que as partes não tenham realizado diretamente nenhum contrato a autora, ao entregar e permitir a manutenção dos referidos cheques assinados nas mãos de terceiro, assumiu o risco de responder pelo valor ali posto.

Cabia à requerente se precaver da situação ocorrida retirando de circulação os cheques dados em garantia ao sr. Gustavo, principalmente por serem os cheques títulos facilmente transferíveis, em decorrência do princípio da circulabilidade, transmitindo-se ao adquirente todos os direitos inerentes ao título.

Não há nos autos argumentos capazes de justificar, portanto, as alegações da autora, que assume ter assinado os cheques e embora alegue que foi vítima de terceiro que realizou negócio em seu nome, sem a sua autorização, foi conivente com a situação e assumiu todos os riscos ao manter as cártulas dadas em garantia em seu poder, mesmo após ter realizado a quitação do negócio jurídico que deu origem aos cheques, conforme expõe.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Aliás, ainda sobre esse tema, bastante relevantes os argumentos trazidos em contestação, não refutados pela autora, no sentido de Gustavo ser um de seus sócios, tudo levando a crer que realmente houve algum acordo para lesar terceiros.

Ora, deveria a autora demonstrar a relação contratual para com Gustavo, no tocante à compra de uma Van, para a qual, segundo alegou, os cheques foram dados somente em garantia, e nada veio. Além disso, aduziu que o pagamento da Van ocorreu com a entrega de dinheiro - o que também não se demonstrou - mas, mesmo assim, os cheques ficaram na posse de Gustavo que, de alguma forma, os transmitiu à requerida. Não se sabe por qual motivo, mesmo paga a dívida, as cártulas não foram exigidas, e algo também muito relevante: como os dois cheques foram parar nas mãos da requerida? Teriam sumido, foram surrupiados, ou, como se concluiu, foram entregues espontaneamente? Essa última é a única conclusão possível, já que não há notícias de BO por furto ou qualquer outra indicando que os dois cheques foram levados de Gustavo.

Todas essas provas eram de incumbência da autora, que não se desincumbiu de seu ônus.

Falta verossimilhança às alegações da requerente que, como emitente de cheques, tem a obrigação de honrar com os pagamentos, até porque, ao que consta, nenhuma providência foi tomada contra o tal Gustavo, sendo essa a medida que deveria ter adotado.

Caso deseje, a autora poderá ingressar com ação em face de Gustavo, já que alega que ele se utilizou de cheques seus, dados em garantia, sem o seu conhecimento. De acordo com o art. 934, do CC, "*aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou (...)*". No entanto, não poderá a ré, agindo de boa-fé, deixar de receber a quantia a que tem direito.

Diante do exposto, nenhuma irregularidade ocorreu por parte da ré que, portanto, não pode ser aqui apenada.

No mais, e para que se alegue que algumas matérias não foram analisadas, as decisões de fls. 43 e 72 transitaram em julgado e não foram objeto de qualquer recurso, não sendo pertinente se rememorar o que, juridicamente, está sepultado.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE A AÇÃO**, nos termos do art. 487, inciso I, do NCPC.

Vencida, a autora arcará com as custas e despesas processuais bem como



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

honorários advocatícios, os quais fixo em 20% sobre o valor dado à causa, atualizado.

Oportunamente, ao arquivo.

P.I.C.

São Carlos, 21 de setembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**